



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

Agrupamento de Escolas de Castro Verde

Quadriénio 2014/18

Documento redigido pela **equipa de autoavaliação do Agrupamento**, constituída pelas docentes Cidália Gil, Fátima Palma, Ilda Palminha, Lucinda Simões, Paula Rosa, Sandra Pena e Madalena Coelho (coordenadora).

Índice

Nota introdutória.....	2
1. Caracterização do Agrupamento de Escolas.....	4
1.1. Instalações e equipamentos.....	4
1.2. Oferta educativa e população escolar	5
1.2.1. Oferta educativa.....	5
1.2.2. População discente.....	6
1.2.3. População docente	7
1.2.4. População não docente.....	8
1.3. Recursos financeiros.....	8
2. Prestação do serviço educativo	9
2.1. Planeamento e articulação.....	9
2.2. Práticas de ensino.....	12
2.2.1. Projeto de autonomia e flexibilidade e curricular (PAFC).....	13
2.2.2. Diferenciação pedagógica.....	14
2.2.3. Atividades extracurriculares e desenvolvimento de projetos.....	16
2.3. Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens	17
3. Liderança e gestão	19
3.1. Funcionamento dos órgãos e estruturas pedagógicas	19
3.2. Perceção da comunidade educativa quanto às lideranças praticadas	20
3.3. Relações interpessoais e comunicação.....	21
3.4. Parcerias.....	22
3.5. Consecução das metas definidas no Projeto Educativo	23
4. Resultados.....	24
4.1. Resultados académicos	24
4.1.1. Taxas de sucesso escolar.....	24
4.1.2. Avaliação externa.....	30
4.1.3. Satisfação da comunidade educativa relativamente aos resultados conseguidos.....	33
4.2. Resultados sociais	33
4.2.1. Comportamento e disciplina	33
4.2.2. Perceção da comunidade educativa sobre o comportamento dos alunos	35
4.2.3. Percurso dos alunos após conclusão do ensino secundário.....	35
4.2.5. Reconhecimento da comunidade	36
Considerações Finais	38

Nota introdutória

A crescente autonomia das organizações escolares, bem como os graus de exigência face aos múltiplos desafios inerentes a uma sociedade global e em permanente mutação, têm vindo a contribuir para que as escolas sejam um assunto emergente e um setor prioritário de intervenção para a aplicação de instrumentos, metodologias e práticas que visem a obtenção da qualidade. Neste sentido, a autoavaliação, constitui um instrumento indispensável à promoção da qualidade educativa e de reforço da capacidade de melhoria das organizações escolares.

O presente relatório tem como principal objetivo reunir, de forma organizada, toda a informação relativa ao tratamento e análise de dados recolhidos durante o processo de autoavaliação realizado no Agrupamento de Escolas de Castro Verde, que decorreu durante o ano letivo 2017/18, conforme o preconizado no projeto de autoavaliação¹.

Assim, como propósito inicial, além de divulgar os resultados e conclusões da autoavaliação, pretendeu-se conhecer os fatores de sucesso (pontos fortes) e as debilidades (pontos fracos) do Agrupamento e aumentar a mobilização interna para a mudança e desenvolver o sentido de autorresponsabilização.

A autoavaliação permite, portanto, que a escola possa discernir claramente quais são as suas forças e as áreas que precisam de ser melhoradas, e deve culminar na formulação e implementação de um plano de ações de melhoria devidamente monitorizado.

Considerando que a legislação em vigor, designadamente a Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro – *Lei do Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino não Superior* – e o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril - *Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos* (alterado pelos Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho), não estabelecem um modelo específico de autoavaliação a adotar pelas organizações escolares, a equipa de autoavaliação do Agrupamento, optou por seguir um **modelo próprio** adaptado à realidade da unidade organizacional e à dimensão educativa e cultura de escola existente, tendo, no entanto, em conta os domínios preconizados no quadro de referência para a avaliação externa das escolas (prestação do serviço educativo, liderança e gestão e resultados).

Para cobrir as diversas dimensões do referencial da escola fez-se a recolha de informação nos documentos estruturantes da escola, nos documentos internos produzidos pelas diferentes

¹ Documento aprovado em Conselho Pedagógico, em 22/11/2017.

estruturas educativas e serviços administrativos, (relatórios, atas de reuniões) e nos dados estatísticos internos e externos, bem como através da criação e implementação de instrumentos de recolha e sistematização de informação, nomeadamente inquéritos por questionário para aferição do grau de satisfação da comunidade educativa com os serviços prestados.

A análise de dados recorreu quer à técnica de análise de conteúdo, quer à estatística descritiva simples, de acordo com a natureza dos dados encontrados, tentando focar os pontos de interesse mais relevantes nas diferentes áreas avaliadas, de forma a elaborar uma síntese assente no diagnóstico organizacional, utilizando o instrumento “matriz SWOT”, a qual resultará nos objetivos estratégicos a constar no Plano de Melhoria da Escola.

Orientado pelo referencial construído para este processo avaliativo, o relatório encontra-se estruturado em cinco partes fundamentais:

- a primeira, a nota introdutória, que contextualiza a elaboração do mesmo e informa da sua estrutura;
- a segunda parte, na qual se apresenta uma breve caracterização do Agrupamento;
- a terceira, quarta e quinta partes, nas quais se apresentam os principais resultados obtidos em cada uma das áreas definidas;
- e, por último, a sexta, na qual se apresenta a matriz SWOT e se tecem algumas considerações finais.

Assim sendo, perspetiva-se que este documento possa contribuir para que, a partir dos resultados obtidos, todos os intervenientes do Agrupamento realizem uma reflexão conjunta e se definam assim os objetivos estratégicos e as medidas de ação educativa a desenvolver no seio da comunidade escolar.

1. Caracterização do Agrupamento de Escolas

O Agrupamento de Escolas de Castro Verde situa-se no Baixo Alentejo, num concelho do distrito de Beja - o concelho de Castro Verde, dividido administrativamente em quatro freguesias: União de freguesias de Castro Verde e Casével, Entradas, S. Marcos da Ataboeira e Santa Bárbara de Padrões, com uma população aproximada de 7276 habitantes², distribuída por cerca de 567 Km².

O Agrupamento foi criado em 1999, integrando, desde então, todos os estabelecimentos de ensino público do concelho, com exceção da Escola Secundária. Atualmente, e desde 2012, que o Agrupamento é constituído por todos os estabelecimentos de ensino público do concelho, sem exceções, fruto de um processo de agregação de escolas, tendo como escola sede a Escola Secundária de Castro Verde.

1.1. Instalações e equipamentos

O Agrupamento é atualmente composto por sete estabelecimentos de educação e ensino: JI de Castro Verde, EB1/JI de Entradas, EB1/JI de Santa Bárbara de Padrões, EB1/JI n.º 2 de Castro Verde, EB1 n.º 1 de Castro Verde, E. B. 2, 3 Dr. António Francisco Colaço, Escola Secundária de Castro Verde. Integra ainda um Centro de Apoio à Aprendizagem, atualmente com dois polos (no Centro Escolar n.1 e na Escola EB2,3 Dr. António Francisco Colaço) e é Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce.

As condições físicas dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico melhoraram significativamente nos últimos anos apresentando agora um parque escolar melhorado e ampliado em que as condições oferecidas proporcionam um bom ambiente de aprendizagem (refeitórios, salas de aula, bibliotecas, espaços exteriores, casas de banho, ar condicionado, equipamento informático e quadros interativos em todas as salas do 1.º ciclo), em particular no Centro Escolar n.º 2.

A Escola E. B. 2, 3 Dr. António Francisco Colaço a funcionar num edifício construído nos anos 60 (antigo Externato de Castro Verde) foi remodelado e ampliado em 1998 e a Escola Secundária de Castro Verde iniciou as suas funções no ano letivo de 1985/1986 sem ter sofrido

² Fonte: Pordata (Censos 2011)

qualquer melhoramento desde então. É assim consensual no seio da comunidade educativa a necessidade premente de uma intervenção, em particular na Escola Secundária.

Também é de salientar que ao nível dos equipamentos, ambas as escolas apresentam várias carências, nomeadamente ao nível de equipamento audiovisual e informático adequado à prática letiva.

1.2. Oferta educativa e população escolar

Apresenta-se em seguida uma breve caracterização do Agrupamento no que diz respeito à oferta educativa no quadriénio 2014/18 e ainda da sua população escolar, composta por discentes, docentes e pessoal não docente.

1.2.1. Oferta educativa

Conforme o preconizado no Projeto Educativo, o Agrupamento de Escolas tem procurado diversificar o mais possível a oferta formativa prestada aos seus alunos, adequando-a aos interesses e às necessidades do público-alvo e consequentemente promover uma educação para a inclusão e igualdade de oportunidades.

Ao longo do quadriénio em análise, no ensino básico, além da oferta do ensino regular existem/existiram também turmas do Programa de Integrado de Educação e Formação (PIEF), de Percurso Curricular Alternativo (PCA), Ensino Vocacional e ainda turmas de Ensino Artístico Articulado; no ensino secundário, os Cursos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas e de Línguas e Humanidades, o Curso Vocacional de Ensino Secundário. No ensino secundário profissional, onde funciona a dupla certificação, tem existido em funcionamento três a quatro cursos anualmente, nomeadamente os cursos profissionais de Técnico Auxiliar de Saúde, Técnico. Audiovisuais, Técnico de Animação Sociocultural, Técnico de Restauração - variante cozinha/pastelaria e restaurante/bar, Técnico de Higiene, Segurança no Trabalho e Ambiente, Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e Técnico de Apoio à Infância.

1.2.2. População discente

A população discente do Agrupamento³ é composta por alunos residentes nas diversas freguesias do concelho, não obstante a procura, de alunos de concelhos limítrofes, nomeadamente de oferta formativa ao nível do ensino secundário.

Regista-se também um aumento de alunos de outras nacionalidades que não portuguesa, designadamente romena, australiana, chinesa, moldava, brasileira e cubana que por motivos de residência do seu agregado passaram a frequentar este Agrupamento.

Ao longo do último quadriénio, o número de alunos apresenta uma pequena tendência decrescente, conforme se pode concluir da análise ao número total de alunos registados no quadro 1, apesar da oscilação positiva verificada no ano 2016/2017:

Quadro 1. N.º de alunos por nível de ensino no quadriénio 2014/2018

Ano Letivo	N.º de Alunos por Nível de Ensino					N.º Total de Alunos
	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	
2014/15	141	254	181	275	180	1031
2015/16	133	248	144	238	186	949
2016/17	141	224	148	255	214	982
2017/18	136	229	147	230	187	929

Por seu turno, o número de alunos integrados no regime educativo especial, após uma tendência crescente no triénio 2014/2017, sofreu um pequeno decréscimo no transato ano letivo (quadro 2):

Quadro 2. N.º de alunos no regime educativo especial no quadriénio 2014/2018

Ano Letivo	N.º de Alunos do Regime Educativo Especial					N.º Total de Alunos
	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	
2014/15	4	13	11	13	13	54
2015/16	2	17	13	11	13	56
2016/17	3	23	14	17	11	68
2017/18	1	22	14	14	6	57

É ainda de salientar o número de alunos do Agrupamento que tem vindo a beneficiar de auxílios económicos (para alimentação, manuais escolares e material escolar) atribuídos pelo serviço de Ação Social Escolar (ASE), no sentido de prestar apoio às famílias que se encontram

³ Dados relativos ao final de cada um dos anos letivos, fornecidos pelos serviços administrativos do agrupamento

em situação de carência económica e/ou de vulnerabilidade social (agregados integrados no 1º e 2º escalão de rendimentos determinados para efeitos de atribuição de abono de família).

No quadriénio 2014/2018, o número de alunos subsidiados, de acordo com o respetivo escalão em que se inserem, foram os seguintes:

Quadro 3. N.º de alunos, por nível de ensino, subsidiados por escalão no quadriénio 2014/2018

Escalão Nível de Ensino	N.º Alunos Subsidiados por Escalão								
	2014/15		2015/16		2016/17		2017/18		
	A	B	A	B	A	B	A	B	C
Pré- escolar	31	12	29	18	28	17	19	16	-
1º ciclo	59	31	53	40	48	23	54	14	-
2º ciclo	48	16	34	14	42	15	37	19	9
3º ciclo	37	17	65	25	65	22	60	17	17
Secundário	42	21	44	15	51	16	32	9	6
Total	314 (30,5%)		337 (35,5%)		327 (33,3)		326 (35,1%)		

1.2.3. População docente

O corpo docente em exercício de funções no Agrupamento, ao longo do quadriénio 2014/2018 (quadro 4), é composto maioritariamente por docentes do quadro (no ano transato, 73,2% pertenciam ao quadro de escola e 10,7% ao quadro de zona pedagógica) o que tem vindo a conferir alguma estabilidade educativa, não obstante o facto de ser notório um gradual envelhecimento por parte dos mesmos (gráfico 1).

Quadro 4. N.º de docentes por categoria agregada/vínculo no quadriénio 2014/2018

Ano Letivo	Número de Docentes por Categoria Agregada/Vínculo				N.º Total de Docentes
	Quadro de Escola	Quadro Zona Pedagógica	Contratado	Outra	
2014/15	79	15	14	5	113
2015/16	83	14	13	6	116
2016/17	80	12	22	5	119
2017/18	82	12	15	4	113

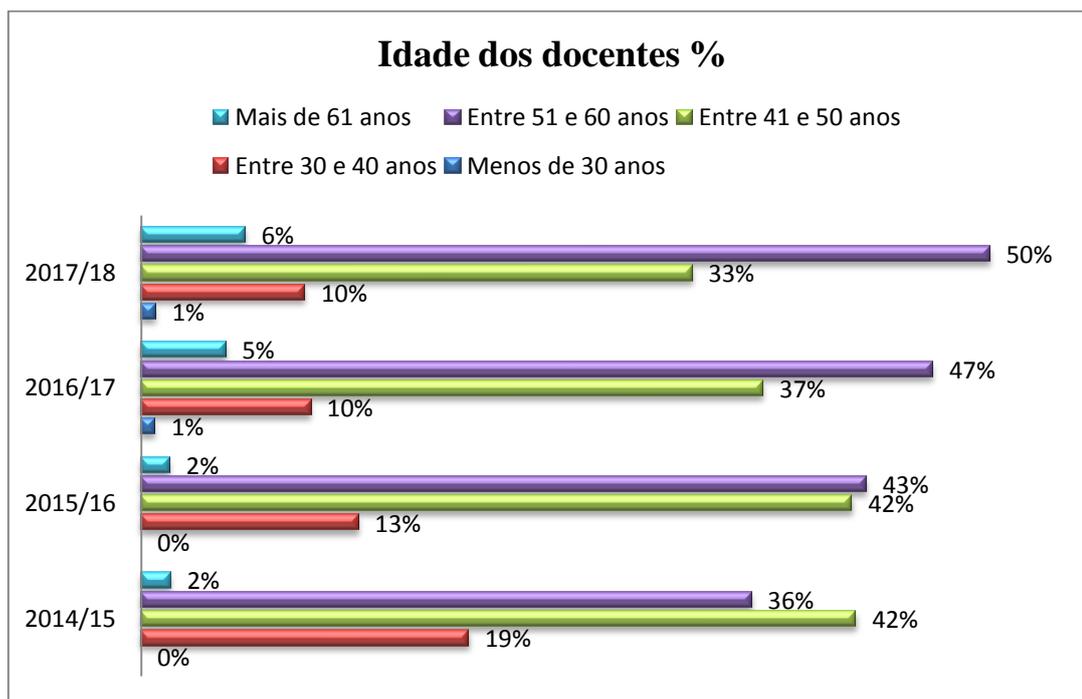


Gráfico 1. Idade dos docentes no quadriénio 2014/18

1.2.4. População não docente

O número de funcionários não docentes com vínculo ao Ministério da Educação e da Ciência (MEC) tem sido constante ao longo do quadriénio 2014/2018 (variando apenas em função da colocação de assistentes operacionais com contrato a tempo indeterminado colocados a tempo parcial (3 a 4 horas/dia), ou seja 40 assistentes operacionais e 14 assistentes técnicos.

Para além dos funcionários não docentes com vínculo ao Ministério da Educação e da Ciência (MEC), o Agrupamento conta ainda com assistentes operacionais, com vínculo à Autarquia nas escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, bem como com técnicos superiores a exercer funções nas áreas da psicologia, AEC`s e cursos profissionais.

1.3. Recursos financeiros

Os recursos financeiros do Agrupamento devidamente organizados no seu orçamento, provêm de receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE), de receitas próprias, de transferências das autarquias locais e de financiamentos comunitários. Nos anos em análise, as receitas do Agrupamento sofreram um decréscimo de 36,9%, que naturalmente tiveram um impacto negativo no funcionamento do Agrupamento.

2. Prestação do serviço educativo

Nesta área, pretende-se avaliar a qualidade do serviço educativo que o Agrupamento tem vindo a prestar. Como tal, faz-se uma abordagem às práticas adotadas pelos docentes do Agrupamento ao nível do planeamento e da articulação e desenvolvimento da prática letiva bem como da monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens e, por último, do grau de satisfação da comunidade educativa.

2.1. Planeamento e articulação

Importa, antes de mais, caracterizar as práticas docentes adotadas ao nível da planificação e da articulação curricular, através da análise dos questionários efetuados pela equipa de autoavaliação, bem como através de análise documental, nomeadamente atas e relatórios produzidos nas diferentes áreas disciplinares e/ou departamentos curriculares.

De acordo com o registado nas diferentes atas de área disciplinar e de departamento, regra geral, as **planificações** foram elaboradas individualmente nas disciplinas de um só titular, e em grupo nas restantes tuteladas por vários docentes. Em ambos os casos são analisadas em área disciplinar e, posteriormente, em departamento e concretizadas em articulação com os conselhos de turma, para garantir uma adequação do currículo às características particulares de cada turma. Verifica-se também que, alguns docentes, no âmbito do trabalho colaborativo se reúnem regularmente para aferir o cumprimento das planificações, efetuar um balanço do trabalho realizado e planificar as aulas seguintes, elaborando, por vezes, materiais de apoio ao processo de ensino e aprendizagem e respetivos instrumentos de avaliação comuns.

No departamento curricular do 1.º ciclo, no início do ano letivo, são formados grupos de trabalho, por anos de escolaridade, os quais ficam responsáveis pela elaboração das respetivas planificações mensais, semanais e diárias. Na elaboração destas são respeitadas as metas de aprendizagem e feita a articulação com as diferentes áreas curriculares, inclusivamente com as AEC's e principais projetos que as turmas desenvolvem ao longo do ano letivo, conforme contemplado no Plano Anual de Atividades.

O departamento do pré-escolar, no início do ano letivo, elabora o seu Plano Anual de Atividades e reúne mensalmente para operacionalizar os procedimentos de implementação, reformulação e avaliação do mesmo e de todas as ações educativas. Elaborar, em conjunto, pareceres e os documentos formais de avaliação individual e de grupo. Em contexto de turma,

cada educador elabora o Plano de Turma a partir da especificidade individual e do grupo com quem vai desenvolver a sua prática, dos pressupostos explícitos e implícitos na sua experiência enquanto educador e dos mediadores de planificação que utiliza.

As planificações inerentes às adequações curriculares individuais são elaboradas pelo professor responsável pelas mesmas, e analisadas, posteriormente, em conselho de turma ou conselho de docentes.

A **articulação inter e intra-ciclos**, alicerçada no **trabalho colaborativo** entre docentes, constitui uma área prioritária da ação educativa, prevista não só no Projeto Educativo, como também nas orientações emanadas nos últimos relatórios de avaliação quer interna quer externa. Deste modo, e tendo em conta as estratégias delineadas, a articulação inter e intra-ciclos, foi perceptível, sobretudo, através das seguintes ações:

- Realização de reuniões de articulação entre os docentes das turmas que finalizam um ciclo e iniciam outro, designadamente do ensino pré-escolar para o 1º ciclo e do 1º ciclo para o 2º ciclo. Nos restantes ciclos as referidas reuniões de articulação não se realizam, ainda que as informações sejam transmitidas através do documento “plano de turma/plano curricular de turma”;

- Elaboração em conselho de Turma do documento “preparação do próximo ano letivo”, integrado nos planos de turma/plano curricular de turma, que contém aspetos importantes a ter em conta pelas equipas pedagógicas que assumem as turmas no ano seguinte⁴, contribuindo assim para a articulação vertical dentro do mesmo ciclo e entre ciclos;

- Elaboração conjunta de planificações e partilha de materiais;

- Avaliação realizada pelos departamentos curriculares/ áreas disciplinares, do impacto das medidas de promoção de sucesso educativo implementadas, quer em reuniões formais realizadas para o efeito, quer através de contactos informais ou do sistema integrado de informação;

- Promoção de projetos e realização de atividades curriculares e extracurriculares interdisciplinares, propostas por docentes do mesmo departamento, mas de ciclos diferentes, ou por docentes de diferentes departamentos, nomeadamente visitas de estudo, sessões de esclarecimento, workshops e exposições temáticas, cujos conteúdos curriculares foram trabalhados pelos docentes em sala de aula;

⁴ As equipas pedagógicas são mantidas, sempre que possível, dentro do mesmo ciclo de estudos para garantir a continuidade do acompanhamento pedagógico dos alunos.

- Promoção de projetos de apoio ao desenvolvimento curricular promovidos pela Biblioteca Escolar, nomeadamente os projetos Castro Lê+ História e Castro Lê+ Ciências com a colaboração de docentes da área que os dinamizam em diferentes ciclos de estudo;

- Marcação de reuniões das equipas técnico-pedagógicas para partilha de saberes e planificação conjunta da prática letiva, em particular nas turmas abrangidas pelo projeto da flexibilização curricular e turmas PIEF.

A atribuição de um tempo (não letivo) de trabalho colaborativo, nos horários dos docentes constituiu também uma medida posta em prática, desde o transato ano letivo, sendo esta uma evolução positiva no sentido de intensificar a partilha de saberes e uma cooperação efetiva.

Registe-se que, de acordo com os inquéritos realizados aos docentes pela equipa de autoavaliação, a maioria dos docentes (71,2%) considera útil a atribuição deste tempo.

Ainda de acordo com os inquéritos realizados a todos os docentes do Agrupamento foi possível apurar que 81,1% dos inquiridos refere que planifica e adequa o currículo no âmbito do trabalho desenvolvido em área disciplinar e/ou departamento e 60,1% que planifica a articulação curricular.

Assim, pode-se inferir que, na globalidade, as diferentes planificações e/ou adequações curriculares, bem como a articulação curricular são efetuadas em departamento ou conselho de docentes e de turma, ainda que alguns docentes manifestem alguma discordância nomeadamente, 2 elementos do departamento de matemática e ciências experimentais e 1 elemento do departamento de línguas, relativamente à primeira questão “planifica e adequa o currículo” e ainda 1 do departamento de expressões, 4 do departamento de matemática e ciências experimentais e 3 do departamento de línguas no âmbito da questão “planifica a articulação curricular. É ainda de referir como significativo o facto de alguns docentes não deixarem explícita a sua posição, favorável ou desfavorável, quanto aos procedimentos adotados em área disciplinar ou departamento.

2.2. Práticas de ensino

As práticas de ensino estão subjacentes às características das turmas, as quais determinam a definição e a adaptação de estratégias no sentido de obter o maior sucesso. A aposta tem recaído por aquelas que captam o interesse dos alunos tais como, por exemplo, as que implicam o recurso às novas tecnologias (computador, manuais interativos e quadro interativo).

No pré-escolar, a organização do ambiente educativo – tempo e espaço/sala – é realizada antes do primeiro dia de aulas e ajustada, posteriormente, de acordo com os contributos das crianças.

Segundo os docentes, dos outros níveis de ensino, sempre que o tipo de trabalho a desenvolver o permitiu, foram adotadas formas de organização diferenciadas, nomeadamente a realização de tarefas a pares ou em grupo, aprendizagem por projetos, atividades de pesquisa, ensino experimental, aulas de campo e apresentações dinamizadas pelos alunos e professor em contexto de sala de aula. Não obstante, sempre que necessário, é prestado apoio individualizado em contexto de sala de aula.

Os materiais mais utilizados nas aulas são os seguintes: manual adotado em suporte papel ou interativo; fichas informativas e de trabalho; jogos educativos, lúdicos e/ou interativos; materiais audiovisuais (vídeos/filmes, músicas, entre outros); e materiais específicos, adequados aos diversos conteúdos tais como materiais audiovisuais, mapas, calculadoras gráficas e científicas, material de desenho e medição, material manipulável (modelos tridimensionais, seres vivos preservados, materiais geológicos), entre outros.

Os programas curriculares nacionais são analisados e adaptados aos ritmos e ao contexto, através das planificações a longo prazo. De acordo com as necessidades, realizam-se ainda adequações curriculares, presta-se apoio individualizado em contexto de sala de aula e aplicam-se condições especiais de avaliação.

Por sua vez, de acordo com a análise dos questionários aplicados pela equipa de autoavaliação, a perceção dos alunos (do 4º ao 12º anos), relativamente ao ensino, é a seguinte:

- 98% dos alunos do 4º ano e 64% dos outros níveis de ensino, consideram que os professores ensinam bem e 100% dos alunos do 4º ano e 75% dos outros níveis de ensino, referem que os professores os ajudam a melhorar as suas aprendizagens;

- 93% dos alunos do 4º ano e 79% dos outros níveis de ensino, consideram que aprendem com as experiências realizadas em sala de aula;

- 95 % dos alunos do 4º ano e 67% dos outros níveis de ensino consideram que as visitas de estudo os ajudam a aprender;
- 92% dos alunos do 4º ano e 33% dos outros níveis de ensino referem que participam em clubes ou projetos;
- 93% dos alunos do 4º ano e 60% dos outros níveis de ensino, consideram que os média (computador, quadro interativo, material audiovisual) são utilizados com frequência na sala de aula.

Esta auscultação levada a cabo aos alunos permitiu aferir que, de um modo global, as respostas dos alunos apresentam oscilações que se prendem quer com o ano de escolaridade, quer com o estabelecimento de ensino que frequentam. De um modo global, à medida que o ano de escolaridade vai aumentando, os alunos vão sendo mais atinentes à crítica, no entanto, a maioria, não obstante algumas vozes discordantes, parece estar em consonância com as práticas do Agrupamento.

Por sua vez, a maioria dos pais e encarregados de educação auscultados por inquérito referiram que a frequência de atividades extracurriculares (desporto escolar, concursos, visitas de estudo e/ou outras) contribui para a melhoria do desempenho dos seus educandos (85,3%), bem como os apoios educativos/salas de estudo (71,7%) e que os alunos são incentivados a participar em projetos e clubes da escola (78,3%).

2.2.1. Projeto de autonomia e flexibilidade curricular (PAFC)

O projeto de autonomia e flexibilidade e curricular (PAFC) – projeto piloto - proposto pela Direção-Geral de Educação (DGE) foi implementado no transato ano letivo, em todas as turmas do 1º ano de escolaridade (50 alunos), bem como numa turma do 5º ano (24 alunos) e do 7º ano (24 alunos), tendo como tema base a Biodiversidade⁵, que cada turma desenvolveu de forma diferente adaptada aos seus currículos e grau etário.

Tendo por base o Despacho n.º 5908/2017, foram selecionadas as opções que melhor se adequavam às turmas envolvidas, às temáticas trabalhadas e aos recursos existentes, a saber: criação de disciplinas (**biosfera** no 1º ciclo e **oficina de projeto e educação para a cidadania** nos 2º e 3º ciclos), redistribuição da carga horária das disciplinas das matrizes curriculares-base

⁵ A 14 de junho de 2017, Castro Verde foi classificado como Reserva da Biosfera da UNESCO, pelo que esta temática serviu de base ao trabalho realizado pelas diversas turmas envolvidas no projeto piloto.

bem como o desenvolvimento de trabalho prático ou experimental com recurso a desdobramento de turmas.

De acordo com os relatórios elaborados pelos vários proponentes as atividades planificadas que deram corpo ao projeto, permitiram desenvolver o trabalho colaborativo, a interdisciplinaridade e ainda operacionalizar metodologias de projeto enriquecedoras do currículo, verificando-se uma evolução positiva das aprendizagens realizadas pelos alunos das turmas envolvidas.

Salienta-se neste âmbito, a implementação do **projeto *Património Campaniço***, desenvolvido em todas as turmas de 3º e 4º anos de escolaridade, no âmbito dos domínios de Autonomia Curricular (DAC) e do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), tendo como campo de ação as ciências experimentais aliadas ao contexto local nas vertentes cultural, natural e histórica. O desenvolvimento deste projeto possibilitou aos alunos um conjunto de experiências enriquecedoras sobre o ponto de vista académico e pessoal de cada aluno. O facto de se aliar a atividade experimental a aspetos do meio, conhecidos dos alunos e adquiridos empiricamente, constituiu um aspeto inovador, motivador e gerador de interesse por parte de todos os intervenientes. As vivências dos alunos possibilitaram uma apresentação final em que os próprios explicaram o seu trabalho a quem o visitou, tanto no concelho de Castro Verde como no evento nacional em que participaram, o II Seminário Nacional do PNPSE, em Aveiro.

No presente ano letivo, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, a *autonomia e flexibilidade* é já uma realidade em todas as turmas de início de ciclo (para além das abrangidas no transato ano letivo pelo projeto-piloto) e ensino secundário.

2.2.2. Diferenciação pedagógica

A ação educativa desenvolve-se numa perspetiva inclusiva assente em princípios de solidariedade e respeito pela diferença, reflexão, partilha, diálogo e democraticidade. A diferenciação pedagógica, enquanto prática educativa essencial ao sucesso educativo dos alunos do Agrupamento, constitui uma prática que tem vindo a ser alvo de atenção por parte das diferentes estruturas educativas. Os planos de melhoria, elaborados no anterior ciclo de avaliação, já contemplavam a melhoria *da qualidade dos mecanismos de diferenciação pedagógica e individualização do ensino*.

Assim, no âmbito deste, foram delineadas estratégias facilitadoras de uma diferenciação pedagógica efetiva, nomeadamente ao nível do 1º ciclo, onde, desde o ano letivo 2016/17, foi

implementada a **metodologia Fénix**⁶ nas disciplinas de matemática e português. Esta baseia-se numa dinâmica que passa pela criação de “ninhos” de desenvolvimento, onde os alunos são acompanhados pelo professor titular num grupo mais restrito, exterior à sala de aula, possibilitando a realização de um trabalho mais específico e individualizado e o desenvolvimento de dinâmicas de ensino e de aprendizagem diversificadas e personalizadas, adequando quer as estratégias, quer os materiais, tendo em conta os diferentes ritmos de aprendizagem de cada aluno.

De acordo com os resultados, verificou-se que nas disciplinas onde foi aplicada a metodologia Fénix, os alunos realizaram aprendizagens significativas, situando-se os seus resultados, nos dois anos letivos da sua aplicação, acima dos 94%.

Nos outros ciclos de ensino, para além do apoio individualizado em contexto de sala de aula, o Agrupamento consolidou, ao longo do quadriénio em análise, o **apoio ao estudo**, as **tutorias**, o **apoio educativo no âmbito da educação especial** e, sempre que possível e necessário, a **coadjuvação** em sala de aula. A ação educativa esteve assim, intrinsecamente ligada à criação das condições necessárias ao desenvolvimento e consolidação da aprendizagem, com vista ao reforço da diferenciação pedagógica e consequentemente à promoção da igualdade de oportunidades numa perspetiva de inclusão educativa e social.

Também têm sido desenvolvidas atividades e implementados projetos, nomeadamente o **projeto “Todos Juntos Podemos Ler”**, concebido para responder a todos os alunos com necessidades educativas especiais que pertencem aos diferentes ciclos e níveis de ensino. Tem como finalidade prioritária dinamizar atividades de leitura dentro das turmas de referência de alunos com necessidades educativas especiais e valorizar o trabalho colaborativo entre alunos, docentes do regular e docentes de educação especial.

A equipa de autoavaliação pôde constatar, nomeadamente através da análise de documentos, que existe já uma crescente preocupação por parte das diferentes estruturas do Agrupamento, em construir respostas diferenciadas, promotoras da integração e inclusão, sabendo-se, no entanto, que o caminho a trilhar ainda é longo. A escola não se dissocia de uma sociedade em constante mudança e a diversidade dos alunos que integra exige cada vez mais a criação e/ou reforço de mecanismos de atuação capazes de responder à melhoria da diferenciação pedagógica e individualização do ensino.

⁶ No âmbito do Plano Nacional da Promoção do Sucesso Escolar desenvolveu-se no Agrupamento, no ano letivo 2016/17, a ação de formação “Práticas Eficazes no âmbito do Projeto Fénix”.

No presente ano letivo, ao abrigo do **Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho** em articulação com o **Decreto-lei n.º 55/2018 de 6 de julho**, o Agrupamento tem construído todo um conjunto de respostas propícias a oportunidades de aprendizagem efetivas e inclusivas para todos, todavia, a análise das mesmas não se enquadra ainda no âmbito do presente relatório.

2.2.3. Atividades extracurriculares e desenvolvimento de projetos

No desenvolvimento do seu projeto educativo, o Agrupamento tem vindo a proporcionar aos seus alunos atividades de enriquecimento do currículo e o envolvimento em projetos, nomeadamente Desporto Escolar, Educação para a Saúde, Program'Art Clube de Programação e Robótica, Cante Alentejano no Pré-escolar e 1º Ciclo, Lancheira Sorriso em Movimento, Plano Nacional de Cinema, Festival de Cinema e Multimédia 100 Cenas, Parlamento dos Jovens, CastroLê+comTodos, CastroLê+História, CastroLê+Ciências, Plano Nacional de Leitura (Heróis dos Livros, Concurso Nacional de Leitura e Olimpíadas de Português), entre outros que, há alguns anos a esta parte, têm constituído uma referência do Agrupamento, bem como dos diversos parceiros envolvidos.

De acordo com os relatórios de avaliação elaborados no âmbito do Plano Anual de Atividades do Agrupamento, este tem sido muito positivo revelando uma forte dinâmica por parte de todos os seus intervenientes, contribuindo significativamente para a formação dos alunos enquanto seres ativos na construção do conhecimento bem como para o estreitamento das relações escola-comunidade.

Deste modo, globalmente, todas as metas apontadas no Plano de Atividades para a concretização dos Princípios Orientadores definidos no Projeto Educativo, foram consideradas na avaliação efetuada, com especial destaque para as seguintes metas:

- intensificação da qualidade das aprendizagens e melhoria do sucesso educativo dos alunos;
- aumentar o envolvimento e a participação de todos na vida do Agrupamento, desenvolvendo uma cultura de pertença;
- proporcionar uma educação para a inclusão e com igualdade de oportunidades;
- fomentar um bom clima relacional entre todos os membros da comunidade.

2.3. Monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens

A avaliação das aprendizagens dos alunos baseia-se nos critérios de cada uma das disciplinas (definidos/ revistos, anualmente, nas áreas disciplinares e, posteriormente, em departamento) assim como nos critérios definidos para os alunos com adequações no processo de avaliação.

São contempladas diferentes modalidades de avaliação, a saber: a avaliação diagnóstica (realizada no início do ano letivo e/ou de cada tema, que serviu de base à planificação das atividades letivas); a avaliação formativa (contínua, que se intensificou nos momentos em que se aplicaram os instrumentos previstos na avaliação do domínio cognitivo e permitiu ajustar as estratégias de ensino e as medidas educativas promotoras do sucesso escolar); e a avaliação sumativa (no final de cada período letivo). Também no final de cada período as práticas de autoavaliação e heteroavaliação são recorrentes em todas as turmas de forma a envolver os alunos no processo de avaliação. No 1.º ciclo, são ainda promovidas mensalmente as assembleias de turma nas quais os alunos procedem à sua avaliação.

Na avaliação formativa são utilizadas grelhas de registo diário das atitudes e valores adotados pelos alunos, fichas de avaliação, questões aula, portefólios, relatórios e trabalhos/ atividades desenvolvidas pelos alunos, em grupo e individualmente, dentro ou fora do contexto de sala de aula. Utilizam-se diversos instrumentos de avaliação, que possibilitam observar a evolução dos alunos numa lógica de avaliação contínua, e reformular, sempre que necessário, as estratégias a implementar em conformidade com as características e perfil de cada aluno.

No pré-escolar, ao longo do ano letivo são planificadas, preparadas, executadas e avaliadas, pela educadora com o grupo, tarefas e atividades específicas que concretizam a transversalidade das diferentes Áreas de Conteúdo e Metas da Educação Pré-escolar, cujos objetivos são a reflexão crítica individual e do grupo, com base nos trabalhos produzidos e organizados em dossiês e capas, sobre as competências adquiridas e a adquirir pelas crianças e a reformulação de estratégias e tarefas.

Os grupos dos diferentes anos de escolaridade no 1.º ciclo assim como as áreas/departamentos e os Conselhos de Turma, sempre que não há cumprimento das planificações, registam, em ata e no plano turma/plano curricular de turma, os conteúdos não lecionados.

No que concerne à monitorização e avaliação do ensino, os coordenadores de área disciplinar e de departamento monitorizaram a prática letiva através de contactos quer informais, quer em

reuniões formais, e, sempre que se justifica, promove-se um acompanhamento da prática letiva por parte do coordenador de departamento.

Em Conselho Pedagógico, é feita periodicamente, através da apreciação dos relatórios periódicos oriundos das estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, a análise dos resultados, quer das taxas de sucesso por turma e nível de ensino, quer dos resultados alcançados pelos alunos por área disciplinar. A avaliação externa é também alvo de análise no final de cada ano letivo, nomeadamente no que diz respeito aos resultados per si e aos obtidos comparativamente com os resultados internos e ainda com as médias regionais e nacionais. O mesmo acontece, designadamente em Conselho Geral e em Conselho Municipal de Educação.

A evolução e o progresso das aprendizagens das crianças e jovens nas diferentes são sistematizados e registados em grelha própria, sendo os registos individuais dados a conhecer aos pais/encarregados de educação nos momentos de avaliação intercalar ou de final de cada período letivo em reuniões marcadas para o efeito e arquivados no processo individual dos alunos.

Acresce referir que, na sequência da implementação da ação de melhoria “*criar mecanismos de supervisão da prática letiva em sala de aula como processo de desenvolvimento profissional dos docentes e de melhoria da qualidade de ensino*”⁷, ao longo dos últimos dois anos letivos, iniciou-se um processo de sensibilização e dinamização dos mesmos. Ainda assim, constatou-se, através dos relatórios elaborados e disponibilizados pelos Coordenadores de Departamento e pela equipa de trabalho responsável pela implementação e desenvolvimento da supervisão da prática letiva, que ainda existem alguns constrangimentos por parte de alguns docentes, não se tendo, até ao momento alcançado na plenitude os objetivos fixados: 50% dos docentes envolvidos no primeiro ano de implementação e 70% no segundo ano.

Assim, refira-se que, de acordo com os dados registados, a supervisão pedagógica da prática letiva no primeiro ano da sua implementação (2016/17) obteve uma adesão de 44% dos docentes com componente letiva, sem variantes significativas no ano letivo seguinte.

Os departamentos com uma maior taxa de adesão foram os departamentos do 1º Ciclo, Educação Especial e Ciências Sociais e Humanas, num nível intermédio os departamentos de Educação Pré-escolar e de Matemática e Ciências Experimentais e, com uma fraca adesão, os departamentos de Línguas e de Expressões.

⁷ Ação de melhoria desenvolvida no âmbito do Plano de Ações de Melhoria desenvolvido na sequência do último ciclo de avaliação interna do Agrupamento e das recomendações emanadas da avaliação externa das escolas (2015).

3. Liderança e gestão

A administração e a gestão do Agrupamento são asseguradas por órgãos próprios – Conselho Geral, Diretor, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo – organizados hierarquicamente de acordo com os normativos legais em vigor. Todos estes órgãos reúnem regularmente (e de acordo com um regimento próprio) para exercerem as suas atividades. Por sua vez, o Diretor é coadjuvado por um subdiretor e por três adjuntos na administração e gestão do Agrupamento nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial. Os coordenadores de escola ou estabelecimento interagem, no plano organizacional, no âmbito da delegação de competências do Diretor.

O Conselho Pedagógico e o Diretor contam com a colaboração de estruturas de coordenação e supervisão pedagógica no sentido de assegurar a coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades escolares. Todas estas estruturas reúnem, com regularidade, e de acordo com a sua especificidade, ao longo do ano escolar no sentido de exercer a sua atividade de acordo com as funções atribuídas.

3.1. Funcionamento dos órgãos e estruturas pedagógicas

A equipa de autoavaliação, através da análise das atas e relatórios bem como dos questionários aplicados aos membros do Conselho Pedagógico e aos sete Departamentos Curriculares (Pré-escolar; 1.º Ciclo; Educação Especial; Ciências Sociais e Humanas; Expressões; Línguas; Matemática e Ciências Experimentais) pôde efetuar uma breve caracterização das principais dinâmicas inerentes ao seu funcionamento concluindo-se que, de uma forma global existe um cumprimento das funções/competências dos diferentes órgãos e estruturas.

Os Departamentos Curriculares e as Áreas Disciplinares focam-se, sobretudo, na planificação do processo de ensino e aprendizagem (definição de critérios de avaliação; planificação a longo prazo do processo de ensino e aprendizagem, atendendo ao currículo e aos documentos orientadores emanados pelo Ministério da Educação; planeamento das atividades para o Plano Anual de Atividades, entre outros) e na avaliação dos resultados escolares dos alunos, refletindo sobre as práticas educativas adotadas, bem como na avaliação das atividades desenvolvidas.

Já o Conselho Pedagógico aprecia e aprova documentos e propostas das diferentes estruturas e órgãos, emitindo orientações para o funcionamento do Agrupamento.

Quanto à periodicidade das reuniões de Departamento é considerada boa pelos inquiridos dado que, de acordo com os resultados obtidos nos inquéritos, 81,8% “*concordam*” ou “*concordam totalmente*”, todavia, de acordo com o registo de atas existentes, as reuniões não ocorrem regularmente, nomeadamente antes e/ou após as reuniões de Conselho Pedagógico.

O Conselho Pedagógico reúne mensalmente e sempre que se revele oportuno e necessário.

Para além dos órgãos e das estruturas mencionadas, existem outros e outras no Agrupamento que promovem reuniões regularmente de modo a garantir o funcionamento do Agrupamento, designadamente os Conselhos de Diretores de Turma dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, o Conselho de Diretores de Turma e de Curso do Ensino Profissional, os Conselhos de Docentes no pré-escolar e 1º ciclo e os Conselhos de Turma dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário (incluindo os dos cursos profissionais). Estas estruturas têm vindo a dedicar-se, sobretudo, ao planeamento da intervenção junto de cada um dos grupos/turma, na maioria das vezes potenciada pela análise e reflexão em torno dos resultados escolares dos alunos.

Não passaram de todo despercebidas as reuniões das AEC’s, as das atividades de animação e apoio à família (AAAF), as de estabelecimento, as de articulação entre o pré-escolar e o 1.º ciclo, as da equipa de autoavaliação, as da equipa responsável pela elaboração do Plano Anual de Atividades (PAA) e as reuniões de encarregados de educação igualmente necessárias e úteis para garantir o funcionamento do Agrupamento bem como a dinâmica dos grupos de trabalho se formam em função das necessidades da unidade orgânica.

3.2. Perceção da comunidade educativa quanto às lideranças praticadas

Auscultada a comunidade educativa através dos questionários aplicados pela equipa de autoavaliação foi perceptível que:

- a maioria do pessoal docente considera que a direção do Agrupamento está a fazer um bom trabalho (77,6%), que é acessível (91,3%) e que partilha competências e responsabilidades, valorizando também os diferentes contributos relativos ao funcionamento do Agrupamento (63,8%);

- a maioria do pessoal não docente, ainda que com menor expressão, considera que a Direção gere de forma eficaz as necessidades do Agrupamento (51,3%), que a Direção mostra interesse na resolução conjunta dos problemas (55,4%), que é ouvido pelas suas chefias sobre a organização do serviço a que pertence (54,8%) e que a escola oferece boas condições de trabalho (62%).

Em ambos os grupos de inquirição verificou-se que poucos responderam “não concordo” ou “discordo” às questões colocadas, sendo, no entanto, mais significativa a resposta “não concordo, nem discordo”. Acresce referir, no entanto, que dos dois grupos de inquirição mencionados, o grupo do pessoal não docente é aquele onde as percentagens obtidas poderão indiciar a indefinição de uma resposta mais objetiva.

Relativamente aos pais/encarregados de educação verificou-se que 72,3% conhece os elementos da Direção, 77,5% considera que a Direção é acessível e 62,4% que gere de forma eficaz as necessidades do Agrupamento. É ainda de referir que 71,7% dos pais/encarregados de educação inquiridos referiu que a escola responde atempadamente às questões que coloca e, 90,2% que o diretor de turma/titular de turma é disponível e faz uma boa ligação à família.

Assim, apesar de existirem algumas vozes discordantes poderá afirmar-se que, globalmente a maioria dos respondentes assume uma posição conducente às lideranças e estruturas organizacionais do Agrupamento.

3.3. Relações interpessoais e comunicação

Relativamente às relações interpessoais, designadamente no que diz respeito à relação de trabalho estabelecida na comunidade escolar, foi possível apurar, em conformidade com os dados recolhidos através dos inquéritos aplicados ao pessoal docente e ao pessoal não docente, no âmbito da autoavaliação do Agrupamento, que a maioria dos inquiridos a considera boa. Assim:

- A maioria do pessoal docente que respondeu ao inquérito (80 docentes) considera que a relação de trabalho entre docentes é boa (92,5%), bem como a sua relação de trabalho com o pessoal não docente (88,8%);

- A maioria do pessoal não docente que respondeu ao inquérito (74, entre assistentes técnicos e assistentes operacionais com vínculo quer ao Ministério da Educação quer ao Município) considera que a relação de trabalho entre pessoal não docente é boa (69%) bem como a sua relação de trabalho com o pessoal docente (73%).

Assim, entre os trabalhadores da comunidade escolar (pessoal docente e pessoal não docente), verifica-se que, de uma forma global, a relação de trabalho é boa, apesar de ainda se registarem alguns constrangimentos evidenciados nas percentagens obtidas, em particular nas

opções “discordo” ou “discordo totalmente”, designadamente nos inquéritos aplicados ao pessoal não docente.

Também foi possível constatar que a maioria dos alunos, 87,1%, considera ter bons amigos na escola ainda que, entre estes, 12,3% refira “não gostar de andar na escola”.

Relativamente aos **mecanismos de informação** utilizados internamente, o Agrupamento tem vindo a apostar, de forma significativa, no correio eletrónico institucional. Tem ainda sido visível o desenvolvimento de esforços no sentido de motivar a comunidade escolar para a utilização e otimização do sistema integrado, enquanto veículo de informação e instrumento de trabalho. Existem também algumas lacunas, nomeadamente a informação atualizada na página do agrupamento, condicionada à falta de recursos humanos especializados para o efeito. Também é visível, por vezes alguma insatisfação face à inexistência de um local próprio (página da escola, sistema partilhado) aglutinador de minutas, grelhas ou outros documentos modelos, de fácil acesso.

Por outro lado, os veículos de informação entre as diferentes estruturas e atores educativos, também parecem não ser os mais eficazes, designadamente no que diz respeito à comunicação vertical e horizontal.

3.4. Parcerias

As parcerias entre a escola e a comunidade são assumidas, pela Direção e pela comunidade escolar em geral, como indispensáveis para um ensino de qualidade, potenciando a rentabilização de recursos humanos e materiais. Têm permitido que os nossos alunos usufruam de um processo de formação adequado às modalidades de ensino frequentadas, respostas que o agrupamento, isoladamente, não poderia oferecer.

Destacam-se, entre outros parceiros, a (o): Câmara Municipal de Castro Verde; Juntas de Freguesias do concelho de Castro Verde; Centro de Saúde de Castro Verde; GNR (local e Escola Segura); LPN – Liga da Proteção da Natureza; Associação de Agricultores do Campo Branco; Conservatório Regional do Baixo Alentejo; Cortiçol- Cooperativa de Informação e Cultura; CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; CERCICOA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social dos concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar; CRI - Centro de Recursos para a Inclusão; APADIJ - Associação para Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil e Juvenil; Bombeiros Voluntários de Castro

Verde; Cruz Vermelha de Castro Verde; Universidade Sénior de Castro Verde; Lar Jacinto Faleiro; SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves Corvo; Futebol Clube Castrense e AVAL Associação de Voleibol do Alentejo. Acresce ainda referir as parcerias estabelecidas com instituições locais ou regionais no sentido de promover o desenvolvimento de estágios no âmbito do ensino profissional.

3.5. Consecução das metas definidas no Projeto Educativo

Findo o triénio de execução do Projeto Educativo⁸ (2014/2017) foi realizada no transato a avaliação global do mesmo, tendo sido constituída para o efeito uma comissão constituída por elementos do Conselho Pedagógico, Conselho Geral e Equipa de Autoavaliação do Agrupamento de Escolas.

De acordo com o relatório elaborado pela comissão responsável, apresentado em Conselho Pedagógico e aprovado em Conselho Geral no final do transato ano letivo, a avaliação efetuada centrou-se essencialmente no cumprimento das metas definidas no mesmo, em conformidade com as estratégias estabelecidas. Para o efeito, foram analisadas e confrontadas com as evidências existentes - indicadores de análise – tendo-se verificado que, do número de metas definido⁹ (nove), apenas uma foi parcialmente alcançada – *Intensificar a qualidade das aprendizagens com reflexo na melhoria do sucesso educativo*, uma vez que resultados obtidos, ao nível da qualidade do sucesso, apesar de positivo em todos os níveis de ensino, não reflete ainda uma qualificação das aprendizagens evidente, em particular no 3º ciclo do ensino básico.

Assim sendo, apesar do longo caminho que ainda há a percorrer, é notório na avaliação efetuada uma comunidade educativa empenhada e a trabalhar no sentido de construir a identidade do Agrupamento, em intensificar a qualidade das aprendizagens e promover o sucesso educativo dos alunos enquanto finalidade prioritária da Escola

⁸ O Projeto Educativo do Agrupamento para o próximo triénio encontra-se em fase de elaboração No presente ano letivo, continua a vigorar o Projeto Educativo relativo ao triénio 2014/17.

⁹ Em conformidade com cada um dos princípios orientadores, as metas definidas foram:

- (1) Princípio orientador - ***Construir uma efetiva cultura de Agrupamento*** - Produzir/monitorizar os documentos orientadores do Agrupamento; Aumentar o envolvimento e a participação de todos na vida do Agrupamento, desenvolvendo uma cultura de pertença; Reforçar a articulação inter e intra-ciclos; Fomentar um bom clima relacional entre todos os membros da comunidade educativa; Dar continuidade a projetos de referência do Agrupamento; Consolidar o processo de autoavaliação do Agrupamento.
- (2) Princípio orientador - ***Intensificar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem*** - Intensificar a qualidade das aprendizagens, com reflexos na melhoria do sucesso educativo (avaliações internas e externas); Proporcionar uma educação para a inclusão e com igualdade de oportunidades; Promover a realização de candidaturas e a participação em projetos regionais, nacionais e internacionais.

4. Resultados

De acordo com os critérios definidos relativamente aos campos em análise importa realçar neste ponto os resultados académicos obtidos pelos alunos do Agrupamento bem como os resultados sociais.

4.1. Resultados académicos

Os indicadores de execução que integram esta área de ação traduzem-se, no final de cada ano letivo, em resultados académicos resultantes do desempenho de cada aluno.

Na área dos resultados, explicitam-se assim os resultados escolares obtidos pelos alunos nas avaliações de final do ano letivo durante o quadriénio 2014/2018.

Importa salientar que as modalidades de ensino que foram oferecidas no período em referência e que, entretanto, foram extintas (PCA e Vocacional) não constam da análise que se apresenta por se entender que os resultados aí alcançados não iriam enriquecer, de forma significativa, a caracterização do Agrupamento. Dada a especificidade dos PIEF e cursos profissionais, apenas se apresentará a taxa de conclusão destes cursos, sem especificar as taxas de transição nos anos não terminais destas modalidades.

4.1.1. Taxas de sucesso escolar

Ao nível dos resultados escolares apresentam-se as taxas de qualidade e de sucesso escolar obtidas nos ensinos básico e secundário, tendo em consideração a avaliação interna do final do 3.º período e, nos anos sujeitos a provas finais e exames nacionais, os resultados obtidos com a ponderação da avaliação externa; as taxas de sucesso obtidas ao nível das AEC's do 1.º ciclo; e, por último, a taxa de sucesso dos alunos com necessidades educativas especiais.

A qualidade do sucesso apurada define-se no presente, como a percentagem de alunos que obteve níveis positivos a todas as disciplinas, tal como tem sido alvo de análise pelas diferentes estruturas. Assim, o estudo apresentado utiliza os critérios até então definidos, todavia, para uma análise mais exaustiva, a equipa de autoavaliação considera que, doravante a análise de resultados deveria passar a considerar os seguintes critérios:

- Sucesso Total (ST) – Nº/percentagem de alunos que transitam com nível positivo a todas as disciplinas;

- Qualidade do sucesso (QS) - N^o/percentagem de alunos que transitam com nível 4 ou 5 a todas as disciplinas no ensino básico e com classificação igual ou superior a 14 no ensino secundário.

Ao longo do quadriénio em análise os resultados obtidos pelos alunos do Agrupamento no **ensino básico e secundário (regular)** foram os constantes do seguinte quadro:

Quadro 6. Taxa de sucesso escolar e qualidade do sucesso no ensinos básicos e secundário regular no quadriénio 2014/2018¹⁰

Oferta educativa	Ano	Ano letivo 2014/2015				Ano letivo 2015/2016				Ano letivo 2016/2017				Ano letivo 2017/2018			
		N.º total alunos avaliados	Transitaram	Sucesso escolar	Qualidade sucesso	N.º total alunos avaliados	Transitaram	Sucesso escolar	Qualidade sucesso	N.º total alunos avaliados	Transitaram	Sucesso escolar	Qualidade sucesso	N.º total alunos avaliados	Transitaram	Sucesso escolar	Qualidade sucesso
1.º ciclo	1º	51	50	98,0%	84,3%	61	61	100%	96,7%	44	43	97,7%	95,5%	59	59	100,0%	93,2%
	2º	66	57	86,4%	80,3%	57	51	89,5%	87,5%	71	68	95,8%	90,3%	50	46	92,0%	86%
	3º	72	66	91,7%	83,3%	60	59	98,3%	88,5%	51	49	96,1%	84,3%	66	65	98,5%	93,9%
	4º	61	60	98,4%	78,7%	70	70	100,0%	89,9%	59	59	100,0%	87,7%	49	49	100,0%	89,8%
subtotal		250	233	93,2%	81,6%	248	241	97,2%	90,3%	225	219	97,3%	88,9%	224	219	97,8%	91,1%
2.º ciclo	5º	71	69	97,2%	83,1%	61	58	95,1%	85,2%	70	67	95,7%	65,7%	64	62	96,9%	82,8%
	6º	75	68	90,7%	57%	73	71	97,3%	69,9%	55	54	98,2%	81,80%	64	61	95,3%	73,4%
subtotal		146	137	93,8%	69,9%	134	129	96,3%	76,9%	125	121	96,8%	72,8%	128	123	96,1%	76,6%
3.º ciclo	7º	66	50	75,8%	45,2%	84	78	92,9%	47,6%	74	63	85,1%	59,5%	60	52	86,7%	60%
	8º	85	74	87,1%	63,5%	52	51	98,1%	74,1%	81	76	93,8%	56,8%	65	56	86,2%	60,0%
	9º	68	56	82,4%	51,5%	75	75	100,0%	60,8%	54	53	98,1%	69,8%	78	74	94,9%	47,4 %
subtotal		219	180	82,2%	53,6%	211	204	96,7%	59,2%	209	192	91,9%	61,2%	203	182	89,7%	55,2%

¹⁰ Os resultados apurados nos 9º, 11º e 12º anos incluem os resultados obtidos após a ponderação da avaliação interna com a avaliação externa.

(continuação)

Oferta educativa	Ano	Ano letivo 2014/2015				Ano letivo 2015/2016				Ano letivo 2016/2017				Ano letivo 2017/2018			
		N.º total alunos avaliados	Transitaram	Sucesso escolar	Qualidade sucesso	N.º total alunos avaliados	Transitaram	Sucesso escolar	Qualidade sucesso	N.º total alunos avaliados	Transitaram	Sucesso escolar	Qualidade sucesso	N.º total alunos avaliados	Transitaram	Sucesso escolar	Qualidade sucesso
Ensino Secundário	10º	46	39	84,8%	54,3%	46	42	91,3%	73,9%	58	47	81,0%	75,9%	42	34	81,0%	78,6%
	11º	33	30	90,9%	63,6%	44	38	86,4%	79,5%	44	39	88,6%	86,4%	46	44	95,7%	82,6%
	12º	49	28	57,1%	57,1%	36	25	69,4%	69,4%	32	21	65,6%	65,6%	43	39	90,7%	90,7%
Subtotal		128	97	75,8%	56,3%	126	105	83,3%	70,6%	134	107	79,9%	76,1%	131	117	89,3%	84,0%
TOTAL		743	647	87,1%	68,0%	719	679	94,4%	75,2%	693	639	92,2%	75,2%	686	641	93,4%	76,4%

De acordo com os dados apresentados, verifica-se o seguinte:

- No 1º ciclo, a taxa de sucesso é sempre superior a 93%, verificando-se também uma gradual melhoria ao longo do quadriénio em análise (em 2014/15 o sucesso escolar foi de 93,2%, evoluindo para 97,8% em 2017/18); a taxa da qualidade do sucesso sofreu algumas oscilações, verificando-se que o valor mais baixo foi o do ano letivo 2014/15, 81,6%, e o mais elevado o do ano letivo 2017/18, 91,1% ;

- No 2º ciclo, a taxa de sucesso, tal como no 1º ciclo, é sempre superior a 93%, todavia, a taxa da qualidade do sucesso é ligeiramente inferior à alcançada pelos alunos do 1º ciclo, situando-se entre os 69,9% e os 76,9%; o ano letivo 2014/15 registou os valores mais baixos do quadriénio em análise, sendo que os valores registadas no triénio 2015/18 foram similares;

- No 3º ciclo, a taxa de sucesso situa-se entre os 82,2% e os 96,7%, no entanto, a taxa de qualidade do sucesso não ultrapassa os 61,2%, registando-se, uma tendência de crescimento do mesmo até ao ano letivo 2016/17, interrompido no transato ano letivo com uma quebra de 6%;

- No ensino secundário, a taxa de sucesso situa-se entre 75,8% e 89,3%; a taxa de qualidade, ainda que com algumas oscilações, apresenta uma tendência de evolução positiva, situando-se em 84% no transato 2017/18.

De acordo com os dados supra, conclui-se que ao longo do quadriénio em análise os resultados obtidos pelos alunos do Agrupamento no ensino básico e secundário foram bastante satisfatórios, no entanto, a qualidade das aprendizagens dos alunos, expressa nos resultados apresentados¹¹, reflete ainda a necessidade de um trabalho sistemático, não obstante ser visível por parte do Agrupamento, o desenvolvimento de ações conducentes a um reforço educativo adequado às características dos alunos e às suas necessidades.

As turmas inseridas no **Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)**, não têm um número de alunos constante ao longo de um ano letivo, podendo os alunos entrar ou sair do programa por diversas razões, designadamente por atingirem a idade limite, obterem a respetiva certificação, por necessidade de terapia ou outras. O sucesso escolar de cada um dos alunos inseridos na medida PIEF é definido tendo por base o grau de

¹¹ As taxas de transição obtidas pelos alunos do Agrupamento apresentam valores iguais ou superiores, na maioria dos casos, aos obtidos a nível nacional.

desenvolvimento das competências estabelecidas no seu Programa de Educação e Formação (PEF).

Ao longo do quadriénio em análise os resultados obtidos por estes alunos têm sido, conforme se pode observar no quadro 7, bastante positivos:

Quadro 7. Resultados escolares das turmas PIEF dos 2º e 3º ciclos

Ano letivo	2º Ciclo			3º Ciclo		
	N.º total alunos avaliados	Certificados	Progridiram	N.º total alunos avaliados	Certificados	Progridiram
2014/2015	14	9	5	24	10	14
2015/2016	10	8	2	31	19	10
2016/2017	19	12	0	32	22	10
2017/2018	7	4	3	35	21	5

Nos **cursos profissionais** a progressão no plano de estudos realiza-se mediante a consecução de aprendizagens significativas para cada módulo constituinte do programa definido para cada disciplina. As taxas de sucesso apresentadas reportam assim às da conclusão destes cursos, sem especificar as taxas de transição nos anos não terminais desta modalidade.

Quadro 8. Taxa de conclusão dos cursos profissionais

		Cursos Profissionais					
		Animador sociocultural	Cozinha e Pastelaria/ Restaurante e Bar	Audiovisuais	Auxiliar de Saúde	Higiene e Segurança no Trabalho	
Ano Letivo	2014/15	N.º total alunos matriculados	13	16	--	--	--
		Taxa conclusão	69,2%	68,8%	--	--	--
	2015/16	N.º total alunos matriculados	--	--	15	--	--
		Taxa conclusão	--	--	73,3%	--	--
	2016/17	N.º total alunos matriculados	--	--	--	16	--
		Taxa conclusão	--	--	--	62,5%	--
	2017/18	N.º total alunos matriculados	--	--	--	--	24
		Taxa conclusão	--	--	--	--	95,8%

As taxas de conclusão nos cursos profissionais têm sido satisfatórias, realçando-se pela positiva o Curso Profissional de Higiene e Segurança no Trabalho, uma vez que apenas um aluno não o concluiu.

Relativamente aos resultados alcançados pelos alunos com **necessidades educativas especiais** nos anos referenciados (ao abrigo do Decreto- Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, revogado no presente), destaca-se, que houve uma taxa de sucesso de 100%. Assim, pode concluir-se que as medidas educativas previstas nos Programas Educativos Individuais destes alunos foram as adequadas e conducentes ao seu sucesso escolar.

No 1.º ciclo do ensino básico, nos anos letivos compreendidos entre 2014/2015 e 2017/2018, foram oferecidas as **AEC's** registadas no quadro 8, sendo que em qualquer um dos anos referenciados, as menções de avaliação obtidas pelos alunos foram bastante satisfatórias.

Quadro 9. Atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo

Ano letivo	Inglês*	Atividade física e motora	Expressão musical	Atividade lúdico expressiva	Clube das ciências
2014/2015	X	X	X		X
2015/2016	X	X	X		
2016/2017	X	X	X		
2017/2018	X	X	X	X	

*A AEC de Inglês, em 2014/15 foi oferecida em todos os anos do 1º ciclo; no ano letivo 2015/16 o Inglês passou a integrar o currículo do 3º ano e, como tal a AEC manteve-se nos 1º, 2º e 4º anos; nos anos letivos 2016/17 e 2017/2018 tendo o Inglês integrado também o currículo do 4º ano, a AEC de Inglês abrangeu apenas as turmas do 1º e 2º anos.

4.1.2. Avaliação externa

No que concerne aos resultados obtidos nas provas finais e exames nacionais, para além de se apresentar as médias e as taxas de positivas alcançadas por prova/ exame, comparando-as com as taxas nacionais, apresentam-se, por disciplina, as médias e as taxas de positivas obtidas ao nível das classificações finais da disciplina (CFD) dos alunos **matriculados** no nosso Agrupamento no **ensino básico e secundário regulares** (alunos internos).

Os indicadores nacionais das provas/exames que se apresentam são relativos aos alunos internos que realizaram prova/exame na 1.^a fase, disponibilizados pelo GAVE/IAVE na internet.

Importa referir que embora se explicitem os resultados finais de disciplina, permitindo uma análise comparativa, a comparação não é linear uma vez que a classificação final da disciplina integra a avaliação interna que sendo contínua, pondera os domínios cognitivos e das atitudes e valores, enquanto a avaliação externa é sumativa, contemplando apenas o domínio cognitivo e o desempenho dos alunos num momento específico.

De uma forma geral, os resultados obtidos nas provas finais do ensino básico, dos alunos do Agrupamento não se distanciam muito dos indicadores nacionais. Os resultados obtidos a nível do ensino secundário têm sofrido oscilações ao longo dos anos em estudo, situando-se, por vezes, acima e outras abaixo dos valores nacionais. São os que se apresentam de seguida, juntamente com a classificação final por disciplina:

Quadro 10. Resultados da avaliação externa e classificação final por disciplina, no 9º ano

Exame Nacional (código)	Ano Letivo	Classificação de prova/exame			Indicador nacional	Classificação Final Disciplina (CFD)	
		Nº de Alunos Avaliados (internos)	Média (%)	Níveis ≥ 3 (%)	Média (%)	Nº CFD ≥ 3	Níveis ≥ 3 (%)
Português (91)	2014/15	57	57,9%	75%	58%	5	91,2%
	2015/16	70	53,8%	61%	57%	8	88,6%
	2016/17	50	66,7%	64,7%	58%	2	96%
	2017/18	72	66,2%	91,7%	66%	8	88,9%
Matemática (92)	2014/15	57	52,9%	54,%	48%	18	68,4%
	2015/16	70	43,6%	39,%	47%	17	75,7%
	2016/17	51	55,4%	65,%	53%	13	76%
	2017/18	71	35,9%	39%	47%	32	54,2%

Quadro 11. Resultados da avaliação externa e classificação final por disciplina no 11º ano

Ano Exame Nacional (código)	Ano Letivo	Classificação de prova/exame			Indicador nacional	Classificação Final- Interna e Externa (CFD)		
		Nº de Alunos Avaliados (internos)	Média	Classif ≥ 10 (%)		Média	Média	Nº CFD<10
Física e Química (715)	2014/15	13	11,9	69,2%	9,9	14,5	0	100%
	2015/16	17	9,8	41,1%	11,1	12,4	2	88,2%
	2016/17	30	9	43,3%	9,9	12,9	7	76,7%
	2017/18	24	9,4	50%	10,6	12,2	5	79,1%
Biologia e Geologia (702)	2014/15	17	8,5	47%	8,9	13,3	3	82,4%
	2015/16	20	8,4	25%	10,1	11,9	1	95%
	2016/17	32	11,3	62,5%	10,3	13,4	1	96,8%
	2017/18	21	10	47,6%	10,9	12,9	1	95,2%
Geografia (719)	2014/15	13	11,4	76,9%	11,2	12,7	0	100%
	2015/16	21	10,5	71,4%	11,3	12,5	2	90,5%
	2016/17	9	9,9	44,4%	11	12	1	88,9%
	2017/18	22	13	90,9%	11,6	14,4	0	100%
MACS (835)	2015/16	13	9	23%	11,4	11,9	1	92,3%
Literatura Portuguesa	2016/17	12	11,5	75%	11	12,6	0	100%
	2017/18	6	11,3	83,3%	10,3	13	1	83,3%
Filosofia (714)	2014/15	2	11,9	100%	10,8	14	0	100%
	2015/16	1	9	0%	10,7	12	0	100%
	2017/18	1	10,2	100%	11,1	14	0	100%
Economia A (712)	2014/15	14	10	64,2%	11,5	11,9	0	100%
	2017/18	15	8,7	40%	11,5	14,1	0	100%

Quadro 12. Resultados da avaliação externa e classificação final por disciplina, no 12º ano

Exame Nacional (código)	Ano Letivo	Classificação de prova/exame			Indicador nacional	Classificação Final- Interna e Externa (CFD)		
		Nº de Alunos Avaliados (internos)	Média	Taxa de positivas (%)		Média	Média	Nº CFD<10
Português (639)	2014/15	44	10,7	59%	11	13,1	1	97,7%
	2015/16	25	11,6	84%	10,8	12,4	0	100%
	2016/17	29	11,1	65,5%	11,1	12,7	0	100%
	2017/18	38	11,2	63,1%	11	13,1	0	100%
Matemática A (635)	2014/15	34	10,4	52,9%	12	12,4	7	79,4%
	2015/16	24	10	37,5%	11,2	12,7	2	91,7%
	2016/17	9	11,2	55,5%	11,5	12,7	3	66,7%
	2017/18	29	10,1	48,2%	10,9	13,1	1	96,6%
História A (623)	2016/17	18	9,6	50%	10,3	12,7	2	88,8%
	2017/18	9	4,9	0%	9,5	10,6	2	77,8%

4.1.3. Satisfação da comunidade educativa relativamente aos resultados conseguidos

Até então foram apresentados os dados quantitativos relativos aos resultados escolares obtidos pelos alunos do nosso Agrupamento, no entanto, importa fazer também referência, ainda que breve, à perceção da comunidade educativa sobre a avaliação e/ou resultados que têm vindo a ser alcançados. Deste modo, tendo em conta os questionários aplicados entre janeiro e abril de 2018 pela equipa de autoavaliação verificou-se que: 86,9% dos alunos conhece os critérios de avaliação e 62,3% consideram que as avaliações são justas; 58,8% dos docentes consideram que os resultados alcançados pelos alunos do Agrupamento são bons; 76,6% dos encarregados de educação consideram que o ensino que é dado aos seus educandos corresponde às suas expectativas, 83,5% que as avaliações são justas e 66,4% que os seus educandos são incentivados a trabalhar mais para ter resultados melhores.

4.2. Resultados sociais

Os resultados sociais contemplam neste estudo, áreas como o cumprimento das regras e disciplina, o impacto da escolaridade no percurso dos alunos à saída do ensino secundário, as relações interpessoais e a participação e envolvimento da comunidade na vida da escola, bem como o reconhecimento da comunidade.

4.2.1. Comportamento e disciplina

Neste ponto, apresenta-se um breve estudo sobre o comportamento dos alunos que frequentaram o Agrupamento no ano letivo 2017/2018¹², o qual expõe: os dados obtidos através dos registos efetuados ao nível das participações disciplinares e as ações que as mesmas desencadearam e, por fim, a perceção da comunidade educativa sobre a temática e sobre a capacidade da escola na resolução da indisciplina.

Recorrendo a dados mais concretos, verifica-se que no ano letivo 2017/2018 ocorreram algumas situações problemáticas com alguns alunos do Agrupamento, as quais despoletaram registos em participações disciplinares e que culminaram, por vezes, em

¹² Dada a complexidade da recolha de elementos relativos ao número total de participações disciplinares por ano letivo, uma vez que estes se encontram muitas vezes dispersos, a equipa de autoavaliação optou por realizar apenas um levantamento de dados relativos ao transato ano letivo.

procedimentos disciplinares, a partir dos quais foram aplicadas medidas corretivas e sancionatórias como indicado no quadro seguinte:

Quadro 13 – N.º de infrações registadas e medidas disciplinares no ano letivo 2017/2018

Oferta educativa	Ano de escolaridade	Ano letivo 2017/2018					
		N.º de alunos por ano	N.º infrações registadas	Nº alunos envolvidos	Medidas disciplinares		
					N.º medidas corretivas aplicadas		N.º medidas sancionatórias aplicadas
					Ordem saída sala de aula	Atividades de integração	
1.º ciclo (regular)	1.º	59	0	0	0	0	0
	2.º	50	0	0	0	0	0
	3.º	68	1	1	0	0	0
	4.º	49	0	0	0	0	0
2.º ciclo (regular)	5.º	64	69	43	21	1	1
	6.º	67	64	9	12	1	0
PIEF 2.º ciclo	6.º	7	0	0	0	0	0
3.º ciclo (regular)	7.º	60	132	22	102	9	7
	8.º	65	76	25	59	7	2
	9.º	78	15	9	15	1	0
PIEF 3.º ciclo	1.º	15	0	0	0	0	0
	2.º	19	1	3	0	0	3
Ensino secundário (regular)	10.º	39	1	1	0	0	0
	11.º	39	1	1	0	0	0
	12.º	40	0	0	0	0	0
Cursos profissionais	1.º	19	2	2	2	1	0
	2.º	12	0	0	0	0	0
	3.º	23	0	0	0	0	0

Atendendo aos resultados que se apresentam no quadro anterior, é de salientar que é ao nível do 2.º ciclo e do 3º ciclo que se registam o maior número de infrações e tiveram origem em comportamentos pouco adequados, não só em sala de aula como também fora desta. As infrações foram registadas, quer por pessoal docente, quer não docente.

Importa, contudo, referir que muitas vezes, os comportamentos alvo de participação disciplinar não foram objeto de instauração de processo disciplinar ou por terem ficado oportunamente resolvidos pelos intervenientes da ocorrência ou após reunião marcada para o efeito pelo diretor de turma e/ou direção com o encarregado de educação e o seu educando.

É de salientar ainda que muitas vezes os comportamentos alvo de participação disciplinar foram de alunos reincidentes, não se verificando a existência de turmas com comportamento problemático, mas sim de alunos perturbadores. Todas as situações que ocorrerem são resolvidas de acordo com o previsto no estatuto do aluno, dando-se primazia

ao diálogo e concertação entre as partes envolvidas, sem nunca esquecer o papel decisivo dos pai/encarregados de educação.

4.2.2. Perceção da comunidade educativa sobre o comportamento dos alunos

Os resultados obtidos nos questionários aplicados entre janeiro e abril de 2018 pela equipa de autoavaliação permitem-nos verificar que, no que se refere à capacidade da escola na resolução dos problemas de indisciplina existem perceções diferenciadas em função do público-alvo inquirido. Deste modo, pode constatar-se que a maioria dos alunos do 4º ano (95%) refere que “a escola resolve bem os problemas de indisciplina”, já no que diz respeito aos alunos dos 2º e 3º ciclos e do ensino secundário, apenas 34,7 % perfilha da mesma opinião. A maioria dos pais/Encarregados de educação dos alunos do pré-escolar (58,6%) e do 1º ciclo (58,2%) considera que os casos de indisciplina são resolvidos, todavia o mesmo não acontece relativamente aos pais/encarregados de educação dos alunos dos 2º e 3º ciclos e do ensino secundário, cuja concordância se situa nos 36,3%. Por seu turno, apenas 49,4% dos docentes inquiridos consideraram que as situações de indisciplina são resolvidas.

Assim, e apesar de se constatar, após análise das participações disciplinares e/ou processos disciplinares ocorridos no ano letivo 2017/18, que as situações de indisciplina não são generalizadas, pautando-se na sua maioria por comportamentos pouco adequados sem atingirem níveis de insubordinação preocupantes, salvo raras exceções, a verdade é que existe um sentimento generalizado de que ainda há muito a fazer para que os casos que vão surgindo sejam definitivamente debelados.

4.2.3. Percurso dos alunos após conclusão do ensino secundário

Relativamente aos alunos que concluem um curso científico-humanístico, uma via predominantemente para prosseguimento de estudos, o Agrupamento faz o estudo dos resultados alcançados nos concursos de acesso ao ensino superior público no ano de conclusão do secundário.

Verifica-se que, regra geral, mais de 90% dos alunos que concorreram ao ensino superior público, obtêm colocação entre a 1ª fase e a 2ª fase do concurso de acesso. Ocorre, por vezes, que o número de alunos que concorre é superior ao número de alunos que

termina o curso. Essa situação prende-se com o facto de alguns alunos, já a frequentar um curso superior, concorrerem para obter uma nova colocação, na maioria após a realização de exames nacionais como alunos externos.

Apresenta-se em seguida o levantamento do número de alunos que concorreram e ingressaram no ensino superior público:

Quadro 14. N.º de alunos que tendo concluído um CCH ingressaram no ensino superior público

Ano	N.º alunos que concluíram um CCH	Resultados do acesso ao ensino superior público						
		1.º fase		2.º fase		Resultados finais		
		N.º alunos concorreram	N.º alunos colocados	N.º alunos concorreram	N.º alunos colocados	N.º alunos concorreram	N.º alunos colocados	% ingresso ao ensino superior (1.º e 2.º fases)
2015	28	31	25	11	8	34	33	97,1%
2016	25	23	20	9	5	26	24	92,3%
2017	21	23	22	5	2	26	24	92,3%
2018	39	33	31	15	9	42	38	90,5%

No que diz respeito aos alunos que concluem um curso profissional, é normalmente efetuada uma auscultação, por telefone, um ano depois da conclusão do curso, no entanto, apesar de existir a percepção de que a taxa de empregabilidade é elevada, não existem dados comprovados que abranjam todos os alunos, o que inviabiliza um estudo objetivo.

4.2.5. Reconhecimento da comunidade

A relação entre o Agrupamento de Escolas e a Comunidade constitui um importante indicador das dinâmicas sociais e educativas existentes – com reflexos muito positivos no processo de ensino aprendizagem, bem como no clima relacional entre todos os membros da comunidade educativa.

O reconhecimento da comunidade educativa relativamente ao trabalho que o Agrupamento faz, ajuda-nos a perceber o estado das relações com as restantes instituições locais incentivando também o desenvolvimento de iniciativas no sentido de ampliar o impacto da nossa ação e intervenção no meio local.

É evidente o reconhecimento da imprensa local e regional na valorização dos projetos e atividades desenvolvidas pelo Agrupamento, espelhado no número significativo de artigos que noticiam as experiências pedagógicas que decorrem na comunidade educativa. De

referir também, a disponibilidade e intervenção, nomeadamente das rádios locais que, por exemplo, apostaram no acompanhamento e divulgação dos projetos/ atividades implementados.

Acresce também referir a excelente prestação de alguns alunos que, com a sua participação, têm vindo a representar de forma meritosa o Agrupamento, quer ao nível do Desporto Escolar, quer através da participação em concursos/provas de âmbito nacional, enaltecendo e dando visibilidade ao Agrupamento.

Considerações Finais

Concluído o diagnóstico organizacional tal como é visto pela comunidade educativa, a equipa de autoavaliação cumpre com mais uma etapa do processo de avaliação institucional, crendo que a informação compilada seja útil e indutora de práticas reflexivas e de melhoria. Para o efeito e como suporte para uma ação concertada na elaboração de uma síntese e um diagnóstico estratégico, apresenta-se uma “matriz SWOT”, a qual resultará nos objetivos estratégicos a constar no Plano de Melhoria do Agrupamento.

Do levantamento de dados efetuado e atendendo aos resultados obtidos através deste processo avaliativo, que reuniu uma informação diversificada através de inquéritos por questionário, entrevistas, atas das diferentes estruturas educativas e outras evidências que de algum modo puderam contribuir para esta análise. Foi assim possível identificar, os principais pontos fortes (Strengths) e pontos fracos (Weaknesses), em termos de análise interna, as principais oportunidades (Opportunities) e constrangimentos (Threats), em termos de ambiente externo.

	Forças	Fraquezas
Ambiente Interno	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta educativa diversificada; - Estabilidade do corpo docente (QE); - Acompanhamento e apoio aos alunos com dificuldades ou com necessidades educativas; - Relevância da diferenciação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem; - Existência de modalidades de gestão participativa; - Elevado número de atividades e projetos desenvolvidos; - Dinâmica da Biblioteca Escolar; - Participação meritória de alunos em representação do Agrupamento; - Elevada taxa de alunos do ensino regular que ingressa no ensino superior; - Boa interação entre a comunidade educativa e a comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de alunos que transita ou conclui um ciclo com níveis inferiores a três, apesar das taxas de transição e conclusão do Agrupamento estarem em linha com os valores nacionais; - Dificuldade na resolução de casos de indisciplina; - Insuficiente adesão à prática de supervisão da prática letiva em sala de aula nalguns Departamentos Curriculares; - Frágil comunicação entre estruturas; - Fraca sistematização nos processos de atualização da página do Agrupamento; - Rede de Internet e equipamento informático obsoleto.

Ambiente Externo	Oportunidades	Constrangimentos
	<ul style="list-style-type: none"> - Localização estratégica do concelho, que potencia a vinda de alunos de concelhos limítrofes; - Boa relação institucional com a Autarquia e a comunidade educativa em geral; - Protocolos e parcerias com entidades externas; - Formação de professores no âmbito do Projeto Erasmus +. - Publicação de legislação potenciadora de práticas educativas inovadoras e inclusivas: Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho e Decreto-lei n.º 55/2018 de 6 de julho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição da população escolar e o despovoamento das freguesias rurais; - Necessidade de requalificação de alguns espaços educativos, em particular no edifício da Escola Secundária; - Redução significativa do orçamento atribuído ao Agrupamento; - Número insuficiente de psicólogos e outros técnicos para os casos diagnosticados; - Número insuficiente de assistentes operacionais; - Fraco dinamismo do Centro de Formação Terras do Montado.

Este relatório de autoavaliação e o seu futuro projeto de ações de melhoria devem ser assumidos como um instrumento de gestão, constituindo metas e ações que visem a melhoria do desempenho do Agrupamento e que respondam aos desafios da contemporaneidade, numa escola onde seja possível refletir coletivamente, com vista à promoção do sucesso dos alunos e à sua formação integral.

Neste contexto, as ações de melhoria a implementar futuramente devem centrar-se numa visão estratégica capaz de gerir e animar o processo de mudança, regulando de uma forma dinâmica a ação pedagógica, valorizando o contributo de toda a comunidade educativa.

Documento apresentado ao Conselho Pedagógico, em 6 de fevereiro de 2019
e aprovado pelo Conselho Geral em 1 de abril de 2019